

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 28 de junho de 2023

Ata N.º 19

No dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e quarenta e três minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO 2 – Contas Consolidadas 2022.

PONTO 3 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027.

PONTO 4 – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para as Juntas de Freguesia e União das Freguesias na área da Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros - Atualização

PONTO 5 – Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédios - Designação de elementos a integrar os respetivos júris

PONTO 6 – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear - Alteração

PONTO 7 – Desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado, com constituição de direito de superfície de parcela para construção de balneários e arrumos.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. João Manuel da Cruz;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Paulo Jorge da Cruz dos Santos;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques;
- Sr. Diamantino de Sousa Pereira.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão;
- Sra. Claudia Sofia Sebastião Estevão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. João Manuel da Cruz.

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;

- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques.
- Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Rui Miguel Valente.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Vereadora Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontra presente.
- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de assistência à família, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa** que se encontra presente.
- **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos de assistência à família, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Rui Manuel Marques Lourenço** que se encontra presente.
- **Sr. Pedro Miguel Paula Biu do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais inadiáveis, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Claudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro** que se encontra presente.
- **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela**, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Helena Maria Bráz de Almeida Matos Gaspar** secretária do executivo.
- **Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia do MCCP**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Carla Isabel Furtado Carvalho** que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra** que se encontra presente.

- **Sra. Claudia Sofia Sebastião Estevão do CH**, justificou ausência à sessão, por motivos de força maior, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins** que se encontra presente.
- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, a **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço e a Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa da CDU**, o **Sr. Rui Manuel Marques Lourenço e a Sra. Claudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro do PS**, a **Sra. Carla Isabel Furtado Carvalho do M CCP**, a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra do PPD/PSD**, o **Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins do CH**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apenas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O Sr. Presidente da Mesa:

“Uma muito boa tarde, quase noite a todos e todas. Queria começar por saudar o Sr. Presidente Câmara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, os membros da Assembleia Municipal aqui presentes já temos quórum, portanto, vamos começando e saudar muito particularmente o público que hoje em número muito significativo, está aqui connosco. Estas sessões descentralizadas da Assembleia Municipal que estão regimentalmente estabelecidas foram discutidas entre os diferentes líderes de bancada durante o início deste ano, por assim dizer e definimos que faríamos este ano duas ações descentralizadas uma na sessão de junho no Pinhal Novo e outra na sessão de setembro também ordinária em Marateca/Poçoirão e para o ano faremos, com certeza, na Quinta do Anjo e em Palmela depois logo veremos o que acontece no último ano.

A perspetiva é que estejamos mais próximos de todos vós que aqui estão, daqueles que nos acompanham também em casa, e que, de alguma maneira possa ser útil, a nossa presença aqui, no sentido de algumas questões, de algumas necessidades, e de alguns anseios, poderem ser aqui colocados de uma forma, diria eu, mais próxima.

O Executivo terá, com certeza, ocasião para responder àquilo que tiver ocasião e possibilidade de o fazer e aquilo que não fizer, neste momento e neste sítio fá-lo-á, com certeza, numa outra circunstância e num outro lugar.

Passamos à chamada.”

Período de Intervenção dos Municípes

[Parte da ata só disponível para consulta na Assembleia Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Fica fechado este Período do Público vamos passar ao período de Antes da Ordem do Dia, temos três moções depois, temos uma saudação e duas recomendações, como sabem as recomendações não são votadas, quer as saudações que as moções são votadas e, portanto, íamos começar por estas, são duas moções do Chega e uma moção da CDU, embora a moção da CDU tenha sido a primeira a chegar, eu ia pedir ao Chega para fazermos aqui intercalado que apresentasse a moção, eu numerei-as assim, mas farão como entenderem.”

Período de Antes da Ordem do Dia:

Recomendação CHEGA “Aplicação de Fungicida /Herbicida em zonas de passeio”

Tomou a palavra o **Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins** para apresentar a moção, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do M CCP, três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Permita-me que coloque ao Pedro Barão e isto é sempre discutível, mas enquanto moção, eu acho que nós não temos aqui praticamente nada para votar, portanto, eu entendo que esta moção seria também ela uma recomendação, concorda? Muito obrigado.

Sobre esta recomendação, alguém se quer pronunciar?

Com certeza, Carlos Almeida da CDU, foi a primeira pessoa.”

Vou também fazer aqui um *mea culpa*, ou seja, quando fizemos a descentralizado pensamos na descentralizada eu pessoalmente pensei na Junta de Freguesia, mas os serviços viraram aqui para este lado e eu não fiz nenhuma intervenção, mas também tenho que dizer isso, não tinha conhecimento que havia esta questão do ar condicionado e aqui nós já fizemos sessões aqui em pandemia como se lembram alguns e é sempre difícil sairmos dos nossos lugares para o púlpito, mas, pronto, peço desculpa por isso, mas, enfim, é o que é, nesta fase faz favor.”

O Sr. Carlos Almeida da CDU:

“Muito obrigado Sr. Presidente, muito boa noite a todos os presentes, membros da Assembleia que na sua pessoa cumprimento, os Srs. Vereadores que cumprimento na pessoa do Sr. Presidente de Câmara, todos aqueles membros da Assembleia que partilham connosco este momento, os que estão presentes e aqueles que na tranquilidade do seu lar seguem via streaming este exercício democrático, também com certeza aos trabalhadores municipais e à comunicação social que esteja connosco.

Depois dos cumprimentos dizer o seguinte, e o Sr. Presidente já introduziu também essa temática, bem-vindos ao Pinhal Novo, bem-vindos a esta grande Vila do Pinhal Novo, entendemos contudo, que dadas as condições que existem em Pinhal Novo, e as condições que existem nesta casa que também é uma casa da democracia, porque é uma casa da Cultura, uma casa de liberdade o município de Palmela, haveria condições para estarmos todos melhor trabalhar e, portanto, uma forma muito mais adequada àquilo que é a dignidade dos assuntos que aqui trazemos.

Relativamente a esta recomendação que, em boa hora, o Sr. Presidente da Assembleia, entendeu assim classificar e porque é, de facto, uma recomendação dizer o seguinte: é importante relativamente a estas matérias pensar e refletir um bocadinho e compreender que o mundo nasceu em janeiro de dois mil e vinte e três, o mundo nasceu ao que parece há muito mais tempo e, é bom, recordarmos que já em pleno exercício de uma alternativa governativa de uma outra forma de ver, e estar, no poder executivo no país, mesmo assim, as forças do Bloco Central se entenderam no momento em que faziam percutir nos municípios, um conjunto de competências que na Europa e no mundo se integravam no Estado-providência, no Estado-social, faziam a

compensar essa projeção de funções sociais do Estado nos municípios retirando exemplo grande para as freguesias, iriam passar a ter um conjunto de competências afixadas por lei, que até aí não tinham de direito e não tinham exercido as varias vezes no todo e, por acordo assinado entre António Costa e Rui Rio, foi possível saber que, doravante as freguesias iriam passar a ter um conjunto de competências afixadas por lei, e que, essas competências seriam exercidas à custa ainda por cima de recursos subtraídos aos municípios e esta questão era uma questão extremamente complexa e que não foi devidamente acompanhada pelos eleitos locais quer ao nível das freguesias e muitas vezes também, ao nível dos municípios, porque se criou a convicção de que os municípios, sobretudo esses tinham que avançar rapidamente, para a conclusão de autos de transferência de competências com as respetivas freguesias que aí se estivessem dispostas, porque senão, viriam por aí sanções gravíssimas até porque haveria um prazo, um *timing*, para junto da DGAL que teria como encargo de fazer transferir para as freguesias...”

O Sr. Presidente da Assembleia:

“Carlos Almeida vai, com certeza, chegar à questão dos herbicidas e dos fungicidas certo?”

O Sr. Carlos Almeida da CDU:

“Como diria Paco Bandeira, “eu sei para onde vou e hei-de chegar” e sei que com certeza também que dei a minha opinião, muito obrigado e, portanto, aquilo que sucede é que as freguesias em Portugal acabam por ficar com um conjunto de competências que articulam mas com esta coisa bizarra dos trabalhadores da Administração Local na área dos municípios poderem se quisessem acompanhar as transferências, se não quisessem, não acompanhariam e aquilo que se constata é que em muitos sítios deste país e o Pinhal Novo, com certeza, não foi uma experiência única, aquilo que sucedeu foi que na área da limpeza urbana, com também na área dos espaços verdes, por exemplo, que são duas das matérias que estão aqui de algum modo tocadas nesta recomendação, não se verificou no caso da higiene e limpeza urbana, a passagem de cerca até de metade, nem isso, dos trabalhadores e a nível de espaços verdes ninguém da Câmara Municipal, os trabalhadores municipais, acompanhou de sua livre vontade esta transferência, o que significa que, a partir daí, a Junta de Freguesia de Pinhal Novo teve que estar em condições sem trabalhadores para desencadear um conjunto de procedimentos que levassem à contratação de pessoal só a partir do momento em que a publicado em Diário da República, o auto de transferências para agilização destas matérias e com uma questão que é extremamente complexa e está hoje em cima da mesa das autarquias é a impossibilidade de poderem fazer contratações de acordo com a Associação Nacional de Freguesias, nossa Associação Nacional poderem fazer contratações a termo resolutivo incerto, porque quer pré-pago o processo de regularização dos vínculos à administração, quer através da solução que foi possível chegar nos dois últimos Orçamentos do Estado, esses contratos serem impossíveis, porque as transferências das freguesias não só hoje legado dos municípios são uma decorrência da própria lei’.

O que significa que no país, as freguesias tiveram de se preparar, sobretudo aquelas que, como nós não tiveram um contingente de trabalhadores que acompanhou a transferência e temos estado a adquirir os meios, sobretudo naquilo que tem a ver com a desmatção e a deservagem com cabeças para os utensílios elétricos que estamos a comprar que são amigos do ambiente, que não causam ruído, que não projetam pequenas pedras para os vidros dos carros, e para os transeuntes que passam e, portanto, a Junta de Freguesia tem estado a preparar-se, tem estado a organizar-se, tem até neste momento, como sabem os nossos eleitos, um técnico que é também um eleito e que tem que fazer essa dupla função como fazem tantos autarcas de freguesia em Portugal e que tem a capacidade e competência técnica para dirigir estas equipas que temos estado a constituir a pouco e pouco.

Dizer, Sr. Presidente, dizer Srs. membros da Assembleia que estas são, de facto, dores de crescimento, mas que, um parto assim desta natureza, é de todo escusado...”

O Sr. Presidente da Assembleia:

“Mas já agora, e peço desculpa a existência, acompanha ou não acompanha a recomendação?”

O Sr. Carlos Almeida da CDU:

"Sr. Presidente ainda me restam com 66 anos, alguns pequenos espaços de sanidade e o Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo que representa a Junta de Freguesia em juízo e fora dele, não vai, com certeza dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo para fazer aquilo que está a fazer, portanto, não é uma moção, se fosse uma moção votaria contra, assim pelo menos expresse, a necessidade de esclarecer a quem apresentou este texto e de lembrar que o mundo não nasceu em janeiro de dois mil e vinte e três.

Muito obrigado Sr. Presidente."

O Sr. Presidente da Assembleia:

"Muito obrigado.

Patricia Caixinha PS."

A Sra. Patricia Caixinha PS:

"Boa noite Sr. Presidente, na sua pessoa permita-me cumprimentar as secretárias da mesa, cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, cumprimentar as Sras. e os Srs. Vereadores, as caras e caros membros da Assembleia aqui presentes, público que nos acompanha quer aqui, quer online.

Venho aqui dar só uma nota porque, entretanto, a moção virou recomendação, mas qualquer das formas, queria deixar aqui uma nota em nome da bancada do Partido Socialista que, de facto, o problema das ervas é um problema não só nesta freguesia, mas, que aqui do concelho, mas que o tema dos herbicidas e dos fungicidas são químicos perigosos para a respiração das pessoas, para o mundo animal que se alimenta de ervas e ainda é um risco que se propaga nas linhas de água a céu aberto com chuvas mais fortes e, portanto, deverá haver certamente uma solução mais sustentável para nós e para o ambiente obrigada disse."

O Sr. Presidente da Assembleia:

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção?

Muito bem, fica esta recomendação, eu faço aqui uma pequena correção no último parágrafo onde dizia deste modo, vai o Partido Chega, propor, ponho, deste modo, vem o Partido Chega recomendar, mas depois juntamos tudo e fazemos chegar diretamente.

Segunda moção, CDU, moção – Urgente Construção do novo Posto da GNR em Poceirão, Cecilia Sousa CDU faz favor."

Moção CDU "pela urgente construção do novo posto da GNR em Poceirão, as precárias condições de funcionamento atual posto da Guarda Nacional Republicana em Poceirão"

Tomou a palavra a **Sra. Cecilia Maria Cordeiro de Sousa** para apresentar a moção, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do M CCP, três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado Cecilia Sousa.

Intervenções sobre esta moção?

Carlos Vitorino se faz favor."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Muito boa noite Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. membros da Assembleia, Srs. Vereadores, caro público presente técnicos e a todos os que me seguem em casa, comunicação social. Em primeiro lugar, saudar a realização destas Assembleias Descentralizadas neste caso, em Pinhal Novo.

É evidente que tem constrangimentos e que podemos sempre tentar aliviar e ter as melhores condições, mas também não podemos querer ter «sol na eira e chuva no nabal». É impossível. Sabemos que as condições são as que são, nós trabalhamos em equipa, portanto, quando um se levanta os outros ficam com os papeis, ficam com as carteiras, mas a gente resolve os problemas. É importante da Assembleia descer aos locais, portanto, estas Assembleias Descentralizadas que foram neste mandato, acordadas e que estão hoje a começar a ser cumpridas são, de facto, importantes e é de realçar.

Relativamente aqui à moção da CDU, eu tinha para já aqui uma sugestão a fazer, portanto, apesar de facto, o Sr. Presidente de Câmara estar presente também devemos dar conhecimento da moção à Câmara Municipal. Penso que, em termos formais, fará todo o sentido e depois referir o seguinte, iremos obviamente votar a favor da moção, referir que ainda recentemente, o PSD esteve a visitar aquele posto, de facto, eu já conhecia o posto da GNR de Poceirão há vinte anos, se há vinte anos estava mal, agora está pior, apesar do esforço dos próprios militares as expensas próprias, compraram o ar condicionado, que fizeram muitas melhorias do tempo de folga deles muitas vezes, apesar de todo esse esforço a verdade é que é impossível haver o mínimo de dignidade e de condições de trabalho naquelas instalações.

Acho que é importante assinado o protocolo que o Ministério da Administração Interna, cumpra aquilo a que se comprometeu e que, de facto, dote neste caso, das verbas necessárias à construção da obra, importante, aliás, eu já agora referia também que a realidade, quando vim morar para Pinhal Novo, já lá vão bastantes anos a realidade era o Posto Territorial do Pinhal Novo onde é hoje a Associação de Festas com condições absolutamente degradantes, era o Posto de Palmela colocado num sítio em que bastava colocarem lá uma viatura e impediam até a própria circulação e a saída da GNR da Vila, também em condições degradantes e que houve em dois governos diferentes por acaso, ambos do PSD a resolução do problema do Pinhal Novo, não aquela que seria a ideal, mas que se resolveu, e que, no mesmo Governo, como diz às vezes, até o nosso vereador, Paulo Ribeiro e bem, no mesmo Governo conseguimos projetar, fazer e inaugurar obra em Palmela, portanto..."

O Sr. Presidente de Câmara:

"Conseguimos com a Câmara CDU."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Obviamente, também com a Câmara CDU, mas a verdade, mas a verdade, Sr. Presidente, é que se conseguiu."

O Sr. Presidente de Câmara:

"E a passagem do Posto também foi trabalho da Câmara CDU."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Sr. Presidente, deixe ele pode também extravasar um bocadinho."

O Sr. Presidente de Câmara:

"Eu percebi o plural..."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Mas, Sr. Presidente, mas, a verdade, é que se conseguiu, portanto, aquilo que nós esperamos é que um Governo que, já está lá, sendo as mesmas pessoas há oito anos, que ainda têm um mandato por mais algum tempo, para que, desta vez também façam alguma coisa e era isso, mas já agora deixem-me também só aqui referir outra coisa, que a moção fala e que é muito importante, mas que não diz só respeito ao Poceirão, diz respeito ao Poceirão, diz respeito ao Pinhal Novo, diz respeito a Palmela, diz respeito a todo o concelho, que é a questão da dotação dos efetivos ou seja, se nós tivermos um posto novo, mas não tivermos o efetivo necessário para o seu regular funcionamento, vamos ter exatamente a mesma situação que se colocou hoje e que levou àquela adoção de recursos por parte da GNR de juntar os efetivos para poder assim ao menos terem duas viaturas e poderem projetar duas patrulhas no terreno, porque a verdade é como as coisas estavam no Poceirão, muitas vezes não havia, podia haver um carro-patrulha, mas não havia homens para conduzir e quando houvesse homens se calhar o carro estava do outro lado e o mesmo no Pinhal Novo, portanto, achamos que a dotação do pessoal e que o investimento na segurança em Portugal não é apanágio de nenhuma força política, mas é um desígnio nacional e para já tenho dito muito obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Pedro Barão, Chega, faz favor."

O Sr. Pedro Barão do CH:

"Boa noite a todos, Sr. Presidente permita-me na sua pessoa, cumprimentar todos os aqui presentes e os que nos seguem lá em casa via streaming.

Em relação aqui a esta moção, obviamente o nosso sentido de voto é favorável, nós estivemos reunidos recentemente e falámos acerca deste problema e das fracas condições daquele quartel, no entanto, julgo que, para além das questões aqui apresentadas, gostaríamos de ter visto aqui referido, as baixas condições salariais de um guarda da GNR. Estamos a falar e também da falta de equipamentos que eles muitas vezes não têm acesso, estamos a falar que um guarda prisional auferir em média novecentos euros, não chega a mil euros é extremamente difícil fazê-los deslocar para uma zona como o Poceirão, portanto, eles não são do Poceirão, não há guardas, penso eu, que habitem no Poceirão e, portanto, gostávamos de ter visto aqui nesta moção esta referência às fracas condições salariais de tanto da Guarda Nacional Republicana como da PSP, mas que não é o caso aqui.

Muito obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Não?

Então votamos a moção da CDU."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos há saudação ao Quintajense Futebol Clube apresentada pelo Chega."

Saudação Chega "Quintajense Futebol Clube"

Tomou a palavra o **Sr. Pedro Miguel Duarte Barão** para apresentar a saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Intervenções sobre esta saudação?

António Mestre CDU, faz favor."

O Sr. António Mestre da CDU:

"Sr. Presidente, boa noite, boa noite a todos os membros da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, público que nos assiste aqui ou em casa, Srs. jornalistas, técnicos municipais.

Obviamente, sendo uma Saudação ao Clube da Freguesia de Quinta do Anjo, e sendo meritória não poderíamos ter outra intenção de que não acompanhar também esta saudação.

A única nota que gostaríamos de deixar aqui é que o aniversário vai ser no próximo dia oito, portanto, comemora-se, estamos a fazer uma saudação antecipada, não significará azar, espero eu, para o clube, mas deixar aqui uma nota que era bom enriquecer esta saudação com o 83.º Aniversário do Quintajense Futebol Clube e o 92.º Aniversário da Sociedade Instrução Musical que se realizou no passado dia vinte e quatro, como o 90.º Aniversário do Cabanense que se realizou no passado dia dezassete, já agora com o aniversário do Bairro Alentejano, os seus quarenta e quatro anos, que se comemoram no dia dois de julho, portanto, era bom que nesta saudação e fico contente que seja feita à Freguesia fosse enriquecido também com a parabenização a todos estes agentes que contribuem para o desenvolvimento da freguesia."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

A CDU, com certeza que, na próxima oportunidade fará todos esses votos.

Mais alguma intervenção? Não?

Votamos a saudação."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Também dizer-vos que somos vinte e nove hoje, com ausência do João Cruz da CDU, e com a ausência de Tânia Ramos do Bloco de Esquerda, portanto, somos vinte e nove, será sempre sobre esse número que trabalharemos.

Vamos continuando, recomendação, colocação de ecopontos de vidro, Chega faz favor."

Recomendação CHEGA "Colocação de Ecopontos de Vidro"

Tomou a palavra o **Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins** para apresentar a recomendação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Sobre esta questão dos ecopontos de vidro e sobre a sua redistribuição eventual, alguma intervenção? Não?

Tomou nota a mesa da recomendação seguinte, também do partido Chega, instalação de contentores semienterrados do tipo Molok."

Recomendação CHEGA "Para a instalação Contentores semienterrados do tipo "Molok"

Tomou a palavra o **Sr. Pedro Miguel Duarte Barão** para apresentar a recomendação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Alguma intervenção sobre esta recomendação, que, por acaso já não é a primeira vez que surge aqui, conhecemos a ideia do município da necessidade de haver equipamentos próprios para a recolha depois destes mesmos resíduos, portanto, entra na mesa a recomendação sem nenhuma intervenção da Assembleia e a última que era a tal moção que vocês não puseram nome e que eu coloco como nome "Abrigos para paragens de autocarros", ok e transformamos também recomendação faça favor."

Recomendação CHEGA "Abrigos para paragens de autocarros"

Tomou a palavra o **Sr. Pedro Miguel Duarte Barão** para apresentar a recomendação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Alguma intervenção sobre esta recomendação sobre "Abrigos para paragens de autocarros"?

Não havendo intervenções, entra na mesa mais esta recomendação.

Continuamos no período de antes da ordem do dia, sendo que são vinte e duas horas e dezoito minutos, portanto, coloca à vossa consideração terminarmos aqui este ponto e se houver alguma questão que seja necessário colocar, enfim, em função daquilo que for o 1º ponto da ordem de trabalhos a apresentação do relatório destes meses que irá ser apresentado pelo Sr. Presidente de Câmara fá-lo-emos posteriormente.

Ainda quer intervir, neste ponto?

Por mim é me indiferente, eu estava a tentar sugerir isso, mas se houver intervenções, estamos ainda no período de antes da ordem do dia.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Senhor Presidente era apenas aqui um pequeno ponto de ordem relativamente a esta questão e até à questão das moções, saudações, recomendações, ou seja, se nós artificialmente quisermos numa próxima sessão falar sobre vários pontos, trazemos aqui cinco, seis, sete recomendações, portanto, eu acho que isto é uma coisa que nós, eventualmente em conferência de líderes deveríamos de abordar e já o fizemos no passado, portanto, eu acho que tínhamos aqui uma razão mas, pronto, muito rapidamente, eu tinha aqui só duas ou três questões, que eu acho que se pudesse falar já e eventualmente, se assim o Sr. Presidente e o Sr. Presidente de Câmara quisessem, se fundissem depois na resposta no ponto do Sr. Presidente, por mim..."

O Sr. Presidente da Mesa:

“Não, não, fazemos separadamente.”

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

“Tinha aqui duas ou três questões uma é relativamente à questão das trotinetes, nós continuamos a vê-las abandonadas pelos passeios aqui no Pinhal Novo continua a haver, quando é que se vai facilitar e até o próprio estacionamento, ordenamento, digamos assim, da situação?”

Outra questão que houve municípios que me apresentaram é uma questão antiga que tem que ver aqui com água no Pinhal Novo, continuamos com problemas, é evidente que, nalguns casos melhorou, mas continua problemas de falta de pressão da água, muitas vezes a vir com cor amarelada, às vezes de obras, tudo isso, portanto, como é que está a situação aqui em Pinhal Novo?

Já agora, relativamente à questão e porque vamos aproximar-nos agora da época crítica de incêndios e nós no ano passado vai fazer no mês que vem o aniversário daquele terrível incêndio na Vila de Palmela, saber em relação a isso, o que, é que, este ano está previsto, se temos um plano falado e abordado no terreno se está feita a manutenção preventiva das bocas de incêndio de caminhos e estradas. É evidente que parte do risco foi consumido pelo fogo do ano passado, portanto, a matéria este ano será menor, mas, de facto, era algo que se o Sr. Presidente, mas também pudesse trazer aqui à coação agradecemos, disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Obrigado.

Mais intervenções neste Período Antes da Ordem do Dia?

Patrícia Caixinha, Partido Socialista faz favor.”

A Sra. Patrícia Caixinha do PS:

“Obrigada Sr. Presidente.

Muito rapidamente e até aproveitando a oportunidade, gostaria de colocar uma questão que é sobre as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, ficou apalavrado que, antes do dia 25 de Abril deste ano, haveria uma reunião com a Comissão de Honra e até ao momento, pelo menos não tive qualquer informação e parece-me que nenhum dos líderes de bancada também o teve nesse sentido e gostaria de pedir informação sobre esse assunto.

Disse obrigada.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Colin Marques, PSD faz favor.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD:

“Boa noite, permita-me na sua pessoa Sr. Presidente cumprimentar todos os presentes.

Muito sucintamente, tinha aqui só duas questões para colocar ao Sr. Presidente, uma tem a ver com um pedido de uma queixa que me fizeram chegar, tendo em conta a emissão de uma licença de habitação que como sabem é um documento imprescindível para fazer uma transação de um imóvel urbano e que não sei se este tipo de tempo é normal, mas porque foi uma emissão de uma licença de habitação demorou dois meses o que fez com

que uma escritura tivesse que ser adiada três vezes num cartório, pronto, a minha questão é só se isto foi um caso isolado ou se, portanto, ou tem ideia de que tipo de tempo é que é normal para uma emissão de uma licença de habitação dos serviços de urbanismo.

A outra questão, sinceramente, eu não queria trazê-la hoje, porque estamos aqui numa reunião descentralizada no Pinhal Novo, porque trata-se de um assunto da Quinta do Anjo, mas, uma deslocação para o local, obriga-me a ter mesmo que chamar aqui a atenção, tem a ver com as duas estátuas do escultor Camarro, a «Catarina Euféma» acho que todos conhecem, fica no Bairro Alentejano que, precisa de uma reparação urgente de todos os elementos de ferro além do tratamento da pedra que também está muito degradado, mas, pior, é efetivamente o Ovelheiro, foi-me informado que realmente tinha os dedos partidos e que faltava uma ovelha, isso já sabíamos.

E eu hoje vou lá, para tentar perceber o estado de degradação que é pior do que aquele que imaginava, aliás, os elementos de ferro que rodeiam a estátua deterioram-se a olhos vistos, só são possíveis de partir com as próprias mãos e pior, são os dedos, quais os dedos partidos, é que os dedos partidos que a estatua do Ovelheiro que faz a entrada de quem vem de Azeitão para a Quinta do Anjo, permitem fazer mesmo um gesto de um dedo em riste que, pronto, todos sabem, quem não sabe é melhor que não saiba, portanto, é uma coisa que até obsceno quando se entra na Quinta do Anjo, tendo em conta a importância dessa estatua e, por isso, eu quis trazer este assunto da Quinta do Anjo cá pela importância que tem.

Obrigado.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Obrigado, pela obscenidade claramente, mas pelo gesto, obrigado.

Luís Marques, M CCP faz favor.

Não há mais intervenções, pois não?

Ok.”

O Sr. Luis Marques do M CCP:

“Obrigado Sr. Presidente, boa noite, em si cumprimento as suas secretárias, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, caros colegas de bancada e o público aqui presente e comunicação social e quem nos vê lá em casa.

O que trago aqui é uma pergunta para o Sr. Presidente que se calhar, até é muito simples de me responder, é em relação aos Centros de Saúde e ao caos que continuamos a ter aqui nos nossos Centros de Saúde e as conversações com o “ACES Arrábida”, não vale a pena enumerar muito, assim muito superficialmente, Quinta do Anjo já soubemos por alguns municípios que o Doutor Luís, vai-se reformar e não há uma perspetiva de haver troca, o Bairro Alentejano continua com o Centro de Saúde fechado, o Poceirão continua a ter um médico que só vai quando consegue e, a minha pergunta é simples o “ACES Arrábida” tem concurso ou continua com concursos abertos para aquisição de ex-técnicos, neste caso médicos, esses concursos são feitos, ficam desertos, o que, é, que acontece, para que continuemos com tanta falta de médicos no nosso concelho? Obrigado.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Não há mais intervenções, fecha-se deste lado, Sr. Presidente de Câmara faz favor, são seis perguntas.”

O Sr. Presidente de Câmara:

"Agradeço as questões colocadas.

Sr. Carlos Vitorino, naturalmente, as trotinetes, mesmo com estacionamento e lugares definidos para o efeito, continuarão no fim do curso, ou do crédito, a pararem fora deles, mas quero dizer-lhe que, de facto, os nossos serviços estão a fazer um planeamento de localizações estratégicas para que, quando são disponibilizadas - porque elas, de vez em quando são recolhidas, vão ser carregadas, vão à manutenção - possam estar devidamente arrumadas, pelo menos, no início da operação.

Nós temos esse assunto a ser trabalhado internamente, para vermos com a atual concessionária até os termos da utilização do espaço público, porque é nessas circunstâncias em que as concessionárias pagam os metros quadrados de concessão de espaço público aos municípios e, portanto, olhe, posso dizer-lhe que com a nossa Vereadora, gostaríamos que este assunto, na próxima Semana Europeia da Mobilidade, estivesse melhor esclarecido e arrumado. Pois bem, é lá para vinte e um a vinte e tantos de setembro... vamos ver se já teremos alguns locais devidamente sinalizados e bem escolhidos, para que possamos ter aqui uma melhor arrumação e induzirmos, até, nos utilizadores esta perspectiva de local de embarque, estacionamento, como quiser.

Relativamente às questões da água, ainda bem que coloca a questão. Nós não temos tido, há muitos meses, reclamações por falta de pressão. No sábado passado, tivemos, de facto, um episódio crítico. Tratou-se de um curto-circuito no furo da Fonte da Vaca, aparentemente por calor, por qualquer problema no quadro que deixou de pôr a bomba a funcionar e, portanto, embora tenhamos dado pelo alerta que temos da telegestão e começado a intervir meia hora depois, na tentativa de reconhecimento do problema e reparação do respetivo quadro de ligação elétrica, houve um abaixamento muito significativo do nível da água no depósito que levou a que, precisamente, a água a sair com alguma deposição de detritos. É isso que faz, depois, a água nos primeiros tempos começar a sair mais acastanhada. Houve, por um lado, abaixamento de pressão que demorou depois o depósito a encher, e houve, depois, o fenómeno de vir com pressão, mas amarelada. Fomos o mais diligentes possível e, no princípio da noite, estava a pressão normalizada.

Nós, pelas obras que estamos a fazer em Fonte da Vaca - e é um esforço - que já visitámos com a Vereação, no futuro, seguramente, não teremos este problema, porque temos três furos com alto débito e grande capacidade de captação, que serão diretamente chegados ao depósito da Fonte da Vaca, colocados em funcionamento seja nesse reservatório, seja diretamente na rede. É uma obra que até começou a decorrer a bom ritmo, teve agora um pedido de prorrogação por via do fornecimento de peças e de materiais específicos e hoje registam-se, de facto, alguns atrasos no fornecimento. O empreiteiro comprovou com as encomendas que há, de facto, atrasos.

Esperemos que, no futuro, com esta redundância, que é aquilo que temos falado, da captação do enchimento e de até do hidropressor, que não precisará de funcionar nestas circunstâncias, deixemos de ter problemas, pelo menos, desta natureza. Outros poderemos vir a ter, até porque aqui, em complemento, faremos ainda uma interligação a nascente de Pinhal Novo, por baixo da linha do caminho de ferro, para que fiquemos, então, com tudo em anel e possibilidade, mesmo que houvesse o colapso de um outro furo/depósito de captação, podermos, através da operação de válvulas, ter sempre caudal em quantidade de pressão suficiente, seja proveniente da Lagoinha, da Cascalheira, do Vale do Alecrim, dos furos da Fonte da Vaca ou do furo da Vila Serena, onde está, também, um já a colocar água no sistema. Foi, de facto, um episódio tem esta explicação. A algumas pessoas, já começámos a responder aos seus alertas e reclamações, não fomos foi a tempo de pôr isso no site no fim de semana, para avisar os municípios, mas penso que a situação está normalizada.

Sobre a prevenção de incêndios, todo o trabalho de desmatção das faixas de gestão de combustível nas bermas dos caminhos e estradas municipais foi concluído atempadamente. Já vamos, até, nalguns troços na 2.ª passagem e, portanto, o objetivo era fazê-lo até final de maio, mas já em julho estamos a fazer a segunda passagem nalguns troços. A situação é verificada no terreno pelo nosso Serviço de Proteção Civil, também nos troços que são feitos pelas Juntas de Freguesia de alguns aceiros, mas, sobretudo nas estradas municipais, na União das Freguesias de Poceirão e Marateca, o trabalho está concluído, bem feito, e, portanto, há-de aguentar mais uns meses.

No que diz respeito a queixas de particulares, seja no âmbito da legislação da Floresta Contra Incêndios (entenda-se agora incêndios rurais), que tem um decreto e uma forma de atuação diferente daquilo que são terrenos em perímetro urbano - porque aí, é o regulamento de higiene e salubridade do Município - quero dizer-lhe que nós, este ano, já produzimos mais de uma centena de notificações através do Gabinete de Fiscalização

e que quer o Serviço Municipal de Proteção Civil, quer o próprio Gabinete de Fiscalização, desenvolveram procedimentos de contratação ao exterior de serviços, até para podermos ficar com o valor, e com a fatura. Embora multas, recebemos poucas do ano passado, e deste ano também, e ressarcimento de trabalhos feitos em propriedade privada, zero, porque são processos muito complicados até levar à execução dessas verbas, mas já fizemos esses procedimentos para que este ano possamos entrar com mais força, sendo que também não há muitas empresas disponíveis para o efeito.

Na substituição dos particulares - tem sido nesses locais, sobretudo, que tem havido origem de alguns incêndios por negligência ou por outros motivos (enfim, não me compete a mim investigar). Este fim de semana, tivemos duas ignições, curiosidade ou talvez não, fui eu que dei o alerta de ambas, foram no mesmo local, na zona dos Carreiros, ali perto, nas traseiras dos Olhos de Água, Quintas das Flores, porque estava num território àquelas horas e estava a circular por aquela zona.

Temos prevista uma visita com a Proteção Civil a todos os locais que foram varridos pelo incêndio do ano passado, para verificar *in loco* o que é que está a necessitar de novo, de desmatação ou limpeza. Demos instruções à Fiscalização para que passasse já para a fase de contraordenação junto do Jurídico, porque, de facto, tirando a limpeza que foi feita no pós-incêndio, pelo Município, e na qual investimos duzentos e quarenta e dois mil euros, a generalidade dos proprietários não tomaram quaisquer providências para este ano. Houve algumas exceções e houve, até, espaços que já se disponibilizaram para ser reflorestados, conforme temos vindo a fazer - já são mais de quatro mil pés de várias espécies autóctones plantados por voluntários e não só.

Quanto ao dispositivo de combate a incêndios, é definido agora pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, no Subcomando Regional. Fomos informados do pré-posicionamento e posso dizer que estou preocupado, como é que, com Jornadas Mundiais da Juventude, (é bom, se calhar, não falar nisso aqui agora), as preocupações que há com segurança, bombeiros, afetação de meios municipais, não sei onde é que há capacidade de resposta, orçamento e a pressão que vamos ter. Com muitas centenas de milhares de pessoas a viver aqui, na Grande Lisboa, nesses dias, como é que se consegue fazer vigilância, combate a incêndios, apoio de saúde, apoio à circulação? Enfim, vai ser um grande desafio para o país, mas, sobretudo para os Municípios da Área Metropolitana, mas estamos, para já, a fazer aquilo que nos é permitido fazer. Temos investido muito nesta área, vamos ver os resultados. No capítulo da vigilância, temos, hoje, a funcionar o sistema de vídeo vigilância contra incêndios, que está entregue à supervisão da GNR. Isso permite alertar mais cedo para alguns incidentes críticos (não foi suficiente para evitar o alastramento do incêndio de Palmela, nem para descobrir quem é que foi, porque depois aí há outras matérias que já não estão na prevenção, já estão no combate, e nos meios, ou no atraso da chegada de alguns meios, mas isso é outra matéria), portanto, estamos a investir fortemente na prevenção, vamos ao local até para reconhecer riscos.

Falta-me dar nota aqui da assinatura com o ICNF de um pequeno financiamento extraordinário, porque não cumpria todos os critérios da lei - nomeadamente, o incêndio tinha que ser acima dos quinhentos hectares e não foi, felizmente - para um Plano de Reabilitação e de recuperação das áreas ardidas. Já investimos trabalho, tempo e dinheiro na limpeza de linhas de água para evitar, também, a contaminação com cinzas e outros materiais que possam ser arrastados, mas isso foi feito logo ainda antes de novembro do ano passado e há ainda muita sinalética e muitos danos, para repor tudo em condições, mas no que diz respeito às limpezas, este ano, também devo aqui dizer, nota-se de muitos proprietários uma preocupação acrescida.

O número de reclamações e de alertas não desceu, mas isso é porque as pessoas estão mais assustadas e mais sensibilizadas para esta matéria, mas o número de proprietários que têm tido cuidado com o seu património, com os seus terrenos... também se regista um aumento do número de terrenos limpos nalgumas zonas. É evidente nas zonas periurbanas, algumas já nem estão na área da floresta, são zonas de reconversão urbanística, terrenos devolutos, etc. etc., enfim, o Concelho é enorme, são quatrocentos e sessenta e cinco quilómetros quadrados, temos plena consciência de que haverá muita coisa ainda por corrigir.

Sra. membro da Assembleia Patrícia Caixinha, comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Tem havido crescimento do número de membros da Comissão de Honra, por isso não foi feita a reunião, a comissão executiva já reuniu, tem já um conjunto de propostas para levar à Comissão de Honra, que pensamos convidar a reunir ainda no início de julho. Queremos, depois, reunir em setembro e depois só faremos uma no próximo ano, porque a programação não parou. Já existe muita programação e muito trabalho a ser preparado, mas queremos ouvir, obviamente, os contributos da Comissão de Honra e apresentar também aquilo que já está

planeado por serviços, pela sociedade civil, por associações, por coletividades. Têm-nos chegado muitos contributos e, portanto, seguramente, na primeira quinzena de julho, embora alguns já possam estar de férias, faremos o primeiro convite para uma primeira reunião com a Comissão de Honra.

Senhor membro da Assembleia Colin Marques, emissão de licença de utilização. Naturalmente, não são esses os *timings*. Agora, isso levar-me-ia aqui a dissertar um bocadinho sobre a experiência que eu tenho no dia a dia, porque nós temos essas pressões, queremos a licença para amanhã, temos a escritura etc. etc. agora cada caso é um caso. Nós temos situações em que as pessoas querem a licença, mas a obra não está em condições de obter a licença, ou por que foram feitas alterações ao projeto, ou porque os elementos não estão devidamente em condições e até porque precisamos ir ao local verificar algumas condições na envolvente da obra, porque só nessas circunstâncias é que podemos dizer que está tudo de acordo etc. e nós temos muitas situações - algumas gravíssimas - às vezes de empresas, sobretudo na habitação plurifamiliar, que fazem grandes pressões, que metem os seus compradores que têm contratos promessa de compra e venda, coisas com bancos etc. e escrituras por fazer, a fazer pressão na Câmara, mas não têm as coisas devidamente corretas para que o Município possa emitir os títulos. Esporadicamente, poderá haver um ou outro caso que possa estar a demorar mais tempo, mas geralmente há sempre uma explicação para esse facto.

Sobre a questão das estátuas, eu registo. Há umas que são propriedade e que foram da iniciativa das Juntas de Freguesia, outras do Município, vamos procurar analisar a situação e obviamente, reparar e dar-lhes a dignidade que estes monumentos e peças escultóricas devem ter.

Sr. Luis Marques, relativamente aos centros de saúde, os nossos contactos com o ACES Arrábida e até com o Sr. Ministro são quase diários, devo dizer-lhe. Conseguiu-se reabrir Brejos do Assa, na semana do Poceirão, falámos da necessidade de mais um médico para os sem médico, porque o médico que lá está tem lista, está a cumprir, mas, de facto, há ali, uma franja significativa da população.

Dos concursos anunciados, não propriamente, não foi feito pelo ACES Arrábida, isso foi outra metodologia, foi anunciado pelo Sr. Ministro. Sabemos que, para o ACES Arrábida, vieram dez novos clínicos e que no Concelho de Palmela, a informação que tenho da semana passada é que seriam colocados dois. O problema é que isso não vai chegar. Não é por aquilo que falta para os utentes sem médico, é porque há um conjunto de médicos que, entretanto, também se reformam, também saem, e aquilo que eu tenho reclamado é que, transitoriamente, através da contratação pontual de serviços, possam disponibilizar, sobretudo, mais consultas na consulta aberta. Há situações críticas, ciclicamente, porque são reais, mais no Pinhal Novo, outras vezes no Bairro dos Marinheiros, outra vez em Poceirão/Marateca. Marateca está mais ou menos estabilizado. Neste momento, Poceirão é que está um bocadinho em défice. O Gabinete de Apoio à Presidência pediu, até, recentemente, para estar documentado, qual era a distribuição dos clínicos. Hoje ouvimos um anúncio - as Unidades de Saúde Familiar que assumam a classificação tipo B poderem ter médicos porque vão ter um incentivo financeiro, naturalmente, em vez de mil e quinhentos, poderem vir a ter de dois mil e, portanto, isso pode reduzir o número de utentes sem médicos, e que haverá mais consultas, mas isso, no nosso Concelho, só pode acontecer eventualmente da Unidade de Saúde Familiar de Palmela e na Unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo, não resolve o problema da Zeca Afonso e das restantes extensões.

Quinta do Anjo - estamos aqui, já, um bocadinho zangados com a Administração Regional de Saúde e esta semana estive ao telefone com o Sr. Ministro sobre a questão do aviso para a construção, e há aqui uma certa chantagem relativamente a outras matérias. Nós, da nossa parte, temos o projeto concluído já com retoques finais que não se justificam, só para empatar tempo. Temos o projeto concluído e aprovado até pela própria ARS, aliás, o programa preliminar veio dali. É um protocolo também assinado entre as entidades, e eu gostava de, ainda este Verão, o mais tardar, em setembro, poder lançar o concurso para a Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo. Quanto aos médicos, vamos pressionando.

É tudo, Sr. Presidente."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Avançámos então, vamos para o Período da Ordem do Dia, temos duas atas, que foram distribuídas previamente a ata número dezassete da Assembleia realizada a vinte e sete de abril a ata número dezoito da Assembleia realizada a vinte e seis de maio de dois mil e vinte e três, algumas notas sobre estas atas?

Exatamente, portanto, se houver alguma questão de redação que não influencia aquilo que aqui está vertido, digamos que até uma semana, podemos fazer chegar os vossos contributos, à Ana Paula que fará depois essas notas.

Vamos votar.”

A Ata número dezassete, de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e três, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH).

A Ata número dezoito, de vinte e seis de maio de dois mil e vinte e três, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Passamos então ao período da ordem do dia com a informação do Sr. Presidente de Câmara.

Sr. Presidente ia pedir-lhe como fiz na última sessão, todos temos o documento, e todos temos o documento que o município preparou e que será vertido completamente para a ata e, portanto, agradecia-lhe uma intervenção o mais sucinta possível sobre a matéria se faz favor.”

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente de Câmara:

“Obrigado Sr. Presidente, vou procurar, resumir e não ler na íntegra toda a introdução.

Além do importante pacote de projetos e procedimentos concursais em desenvolvimento e do conjunto de processos participativos, que continuaram a aproximar a gestão municipal das populações, os dois meses a que se reporta o presente relatório foram marcados pelo regresso do calendário de certames e festividades, que colocaram em evidência a enorme diversidade de produtos e tradições locais e a identidade cultural deste Concelho, atraindo muitos milhares de visitantes. Estes eventos, promovidos ou apoiados pelo Município, representam um enorme esforço da Organização que, de forma transversal - do suporte técnico aos transportes e logística, da comunicação à preparação e limpeza de recintos - garante a sua concretização. Um esforço que se prolongará até ao final do verão, para responder a dezenas de festas, festivais internacionais e eventos de rua, fruto da iniciativa municipal e das dinâmicas do nosso movimento associativo.

O arranque do ciclo 2023 dos processos “Eu Participo!” consubstanciou-se num conjunto de cinco assembleias públicas – uma em cada Freguesia – para recolha de propostas e ponto de situação das obras mais votadas nos ciclos anteriores e, a nível interno, também em cinco reuniões com as equipas municipais, em diversos locais e horários. A Semana dedicada à Freguesia de Palmela constituiu um momento de trabalho muito profícuo, no terreno, com a Junta de Freguesia e diversos agentes locais. No âmbito do Plano Municipal de Promoção da Participação Infantil e Juvenil, deu-se continuidade ao trabalho com os vários níveis etários, através de sessões de debate, dinâmicas de grupo e interação com a comunidade. O trabalho desenvolvido no Concelho, no âmbito dos Fóruns Comunitários Igualdade e Não Discriminação, realizados nas Escolas Secundárias, em articulação

com o “Março a Partir” 2022 e 2023, foi apresentado no 4.º encontro da Rede de Autarquias para a Igualdade, em Loulé. O pessoal não docente da Escola Secundária de Palmela participou na ação de formação “Igualdade de Género na Educação” e a exposição “A Verdade Dói”, em parceria com o Museu do Calçado de S. João da Madeira, continuou a despertar consciências, em itinerância pelo Mercado Municipal de Pinhal Novo e o Centro Cultural de Poceirão.

Com vista à conclusão do ciclo avaliativo 2021-22 (SIDAP 3), foi realizado o apuramento dos dados para o relatório de avaliação de desempenho das/os trabalhadoras/es e, paralelamente, desenvolveu-se o processo de eleição da Comissão Paritária para o quadriénio 2023-26. As/os trabalhadoras/es que ingressaram na Autarquia neste período, por via de procedimentos concursais ou mobilidade, foram recebidas/os em nove sessões de acolhimento e boas-vindas, muito importantes para uma boa integração na Organização. No campo da formação profissional, destacam-se duas importantes ações dedicadas a assistentes operacionais das nossas escolas – “Relacionamento Interpessoal” e “Suporte Básico de Vida/Posição Lateral de Segurança” – bem como o reforço da capacitação em SIDAM inicial, OBM – Gestão de Atividades e QGIS para utilizadoras/es das respetivas plataformas. Ainda no campo tecnológico, o novo visualizador do SIG interno “SIG Palmela Mobilidade” foi disponibilizado na *intranet* em abril, deu-se início à implementação de uma solução tecnológica para a gestão de biorresíduos e foram disponibilizadas quatro novas formalidades para submissão no Portal dos Serviços *On-line*, relativas à atribuição de fogos em regime de arrendamento apoiado.

Maio foi, como habitualmente, tempo de homenagear e valorizar as/os bombeiras/os e as comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, dedicadas ao tema “Sociedade Civil e Bombeiros – Cooperação no Combate a Catástrofes”, incluíram um vasto conjunto de simulacros de sismo nas escolas e momentos de convívio, culminando na Sessão Solene de Homenagem, com atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar. Dando sequência ao compromisso assumido pelo Município, de apoiar cada uma das três Associações de Bombeiros na aquisição de uma viatura de combate, ao longo do mandato, foi atribuído um apoio de 300 mil euros à Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela. A 10 de maio, o Plano Operacional Municipal foi aprovado, em sede da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Entre um largo conjunto de intervenções de conservação e manutenção no parque escolar, sublinha-se a conclusão da primeira fase de reparação da cobertura da EB Cajados, da primeira fase de reparação do sistema AVAC da EB Alberto Valente, da reparação do aquecimento central da EB Aires, da reparação da conduta de abastecimento de água à EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo) e a substituição da central de alarme de intrusão e reparação da rede de águas residuais da EB José Saramago (Poceirão). Na pausa letiva da Páscoa, o Município garantiu o fornecimento de 1.915 refeições a cerca de 250 alunas/os beneficiárias/os de Ação Social Escolar (escalões A e B). Entretanto, iniciou-se já, com as Direções dos Agrupamentos e escolas não agrupadas, a preparação do próximo ano letivo. As visitas a palco, os espetáculos em Mobilidade e as Festas de Encerramento concluíram, da melhor maneira, a 29.ª edição do Fantasiarte, que envolveu milhares de alunas/os, famílias, docentes e educadoras/es de todos os níveis de ensino, incluindo IPSS e colégios privados.

A Unidade Móvel de Saúde dinamizou cinco ações de literacia em saúde e promoção de estilos de vida saudáveis, em vários pontos do Concelho. No âmbito da iniciativa “7 Dias do Coração”, em parceria com a Liga dos Amigos do Serviço de Cardiologia do Hospital de S. Bernardo e com o Centro Hospitalar de Setúbal, realizou-se a caminhada “Jardins de Vinhas”, em Fernando Pó. O Município assinalou, igualmente, os dias mundiais da Saúde e da Hipertensão e realizou o rastreio anual de saúde às/aos trabalhadoras/es. Neste período, entre as várias iniciativas regulares, conducentes ao envelhecimento ativo, com qualidade e direitos, destaca-se o Momento Convívio Interinstituições, que reuniu mais de duas centenas de utentes das IPSS no Parque Mário Bento, em Poceirão.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de Palmela entrou em funcionamento a 3 de abril, na sequência da transferência de competências da Administração Central para o Município, em matéria de Ação Social. De acordo com o protocolo firmado em março, o atendimento descentralizado é garantido pelo Centro Social de Quinta do Anjo (Freguesias de Palmela e Quinta do Anjo), Fundação COI (Freguesia de Pinhal Novo) e Cáritas Diocesana de Setúbal – Centro Comunitário de S. Pedro (União das Freguesias de Poceirão e Marateca). O Município assumiu a coordenação do Núcleo Local de Inserção de Palmela e aprovou, com os parceiros, o Plano de Ação Anual desta estrutura. No período em apreço, foram realizados 306 atendimentos referentes a Rendimento Social de Inserção e 257 relativos a Ação Social.

O projeto de Regulamento Municipal de Habitação, instrumento essencial para a implementação da Estratégia Local de Habitação, foi aprovado em Assembleia Municipal a 26 de maio. Entretanto, foram adquiridos mais cinco imóveis (cinco fogos) para reabilitação e decorreu o procedimento de consulta prévia (com recurso ao Acordo-Quadro da AML) para a prestação de serviços de elaboração do projeto de arquitetura e especialidades para a construção de edifícios e habitação a custos controlados em quatro lotes (32 fogos) em Aires, em fase de análise de propostas. Está, igualmente, em desenvolvimento o estudo prévio do projeto de arquitetura, relativo a oito fogos a construir no Cabeço Velhinho, também na Freguesia de Palmela.

As terceiras Jornadas de Reabilitação Urbana decorreram, este ano, no Monte do Francisquinho, enquadradas pelo Programa de Dinamização da Reabilitação Urbana das Áreas de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e do núcleo antigo de Pinhal Novo, reunindo um público muito interessado nestas questões. No que respeita ao Estudo e Plano de Revitalização Económica do Centro Histórico de Palmela, em desenvolvimento pelo Município com o Instituto Politécnico de Setúbal, realizaram-se, no período, duas sessões de entrevistas coletivas com a comunidade. A obra de reabilitação do muro da Rua Hermenegildo Capelo está concluída.

No campo das infraestruturas, encontrava-se em conclusão a empreitada de infraestruturação elétrica da Quinta dos Farias, Pinhal Novo, em substituição do promotor. Para a zona da Lagoinha e Olhos de Água, o Município tem em curso um pacote muito importante de intervenções, encontrando-se várias delas em desenvolvimento de projeto ou já em procedimento concursal. No terreno, decorre a execução da rede de drenagem de esgotos domésticos ao longo da EN 379-2, na Lagoinha. Em maio, realizou-se a primeira de sete campanhas de desinfestação e desratização das redes de drenagem de águas residuais e das instalações de abastecimento de água, a concretizar até novembro.

Concluída a prestação de serviços de ligação do ramal de energia elétrica de baixa tensão para o Reservatório de Batudes (velhos), continuam em curso, entre outras, a empreitada de ligação dos novos furos de captação de água de Fonte da Vaca ao Reservatório com o mesmo nome – de enorme importância para o reforço do abastecimento de água a Pinhal Novo – e a reabilitação das edificações existentes nos furos de captação F3 e F4 do *Palmela Village*, em Quinta do Anjo.

Depois da recolha porta-a-porta de resíduos indiferenciados e biorresíduos em vários bairros das freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, o Município deu início à recolha de biorresíduos em restaurantes, com uma adesão inicial de 45 estabelecimentos.

Com a segunda fase da empreitada de remodelação do Jardim José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, a decorrer, teve início a empreitada de remodelação da Praceta da Nova Palmela nascente.

Na área da rede viária, regista-se uma fase de grande dinâmica, com muitas obras em adjudicação ou a chegarem ao terreno. Como concluídas, assinalam-se as pavimentações das ruas Manuel Basílio/João Petrônio e António Joaquim Ferreira Calote, em Cabanas, e do acesso entre a EM 510 e a Urbanização da Quinta, Pinhal das Formas. Além da conservação permanente da rede municipal, a limpeza de lotes urbanos municipais tem sido, igualmente, um dos principais objetivos das nossas equipas.

A antecipar o Dia Mundial do Ambiente, o Município promoveu várias visitas “À Descoberta das Plantas da Serra do Louro” com a comunidade educativa e o público em geral, promovendo o conhecimento e a valorização da flora autóctone. No âmbito do projeto europeu *EUCityCalc*, realizaram-se três sessões de cocriação com atores-chave do território Arrábida. Palmela é um de oito territórios-piloto, a nível europeu, a testar esta aplicação, que permite simular resultados de medidas a adotar, conducentes à neutralidade carbónica, constituindo-se como um precioso auxiliar na construção de roteiros de descarbonização.

Encontra-se em execução o projeto de reabilitação para a estabilização da estrutura da Torre de Menagem e Corpos Contíguos do Castelo de Palmela e, no período em que se realizou a primeira visita guiada à Capela de S. João Baptista, deu-se início ao procedimento para conceção do seu projeto museológico. A exposição fotográfica “Ferroviários”, de Marcos Camilo, esteve em itinerância na Associação dos Lares Ferroviários e na Escola Secundária de Pinhal Novo e, em parceria com a Infraestruturas de Portugal (I.P. Património), assinalou-se o Dia Nacional do Azulejo, com uma visita guiada ao património azulejar da antiga estação ferroviária de Pinhal Novo e o lançamento do livro “Rotas do Azulejo”, da I.P. No Dia dos Museus, o Boletim “+Museu” cumpriu 20 anos e a sua nova edição apresentou o Programa Pedagógico do Serviço Educativo para o próximo ano

letivo. De realçar mais de duas mil participações nas atividades do Serviço Educativo, registadas nos dois meses a que reporta o presente relatório.

A apresentação pública do projeto "Os Direitos Habitam nas Histórias" aconteceu em abril, no formato "Roteiro de Histórias". Tendo por base a promoção e consciencialização para os Direitos Humanos e das Crianças, pretende-se criar e fortalecer os hábitos e o gosto pela leitura desde a primeira infância e contribuir para o desenvolvimento da linguagem e da criatividade. A Biblioteca Municipal de Palmela foi palco da apresentação pública do "Guia de Boas Práticas Ambientalmente Sustentáveis em Bibliotecas Escolares".

É de sublinhar, no período em apreço, a abertura ao público do Monte do Francisquinho – Centro Comunitário, que traduz o conceito de "aldeia associativa" e congrega um conjunto de importantes respostas para a comunidade, contribuindo para a afirmação de uma nova centralidade em Pinhal Novo sul. O espetáculo "Abril para já", realizado no Cine-Teatro S. João, com vários artistas locais e nacionais, abriu o programa de comemorações da Revolução de Abril deste ano - recheado de momentos simbólicos, espetáculos de grande qualidade e muita animação, numa organização conjunta do Município com as Juntas de Freguesias e o Movimento Associativo - e, em simultâneo, deu o mote para o arranque de dois anos de homenagem ao 50.º aniversário do 25 de Abril de 1974, num caminho de valorização e consolidação da Democracia. Em Quinta do Anjo, a 2.ª edição do Méee, Festival *Folk*, registou cerca de cinco mil visitantes e afirmou-se como festival intercultural e pela Paz. O calendário de festas populares do Concelho arrancou com as Festas de S. Gonçalo, em Cabanas, que mantiveram a tradicional procissão e animaram o Parque de Merendas de S. Gonçalo durante quatro dias com muita música e convívio. Destaque-se, também, as comemorações do Dia Mundial da Dança, a Queima do Judas (que reuniu 12 associações e um milhar de visitantes no Centro Histórico de Palmela) e o regresso do festival de cinema francês "*Cine France*", numa parceria com a Secundária de Pinhal Novo. Neste período, o Município aprovou os apoios a atribuir no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, para concretização dos Planos de Atividades, aquisição de equipamento e realização de obras de remodelação, que totalizam, para a área da Cultura, cerca de 130 mil euros.

No que respeita à Juventude, a iniciativa "Jovens na Páscoa" proporcionou atividades lúdicas e desportivas a 60 jovens, durante a pausa letiva, realizaram-se oficinas de criatividade e tecnologia com turmas da Secundária de Palmela e da EB José Saramago (Poceirão), no âmbito do projeto "*Jah Moment*", e decorreu mais um curso de ativistas sobre direitos humanos das pessoas com deficiência, integrado no projeto "*Advocacy Academy*". O Município recebeu o Certificado e a Bandeira de Município Amigo da Juventude, atribuídos pela Federação Nacional das Associações Juvenis, e do selo com categoria de quatro estrelas, que reconhece a estratégia municipal e boas práticas, com impacto na população jovem.

A conservação e ampliação da rede de Espaços de Jogo e Recreio é um objetivo permanente e, num momento em que se encontravam em fase de procedimento importantes intervenções, concluiu-se o EJR da Rua António Lopes/Maria Eduarda Ferreira, em Pinhal Novo, e a reparação do equipamento dos EJR de Monte Novo Poente e de Vila Serena. Em parceria com a Federação Portuguesa de Ciclismo, e inserido no programa da Clássica da Arrábida, o *Open Arrábida Palmela* proporcionou atividades de iniciação ao ciclismo para crianças, num total de 130 participantes. A XVI Palmegina, promovida pela Sociedade Filarmónia Palmelense "Loureiros" congregou meio milhar de ginastas, de 10 clubes, e no Judo, várias iniciativas, de caráter regional e nacional, demonstraram a vitalidade desta modalidade no Concelho. No futebol, a *Arrábida Cup* voltou a reunir, em Palmela, equipas dos maiores clubes nacionais e o regresso da Taça de Honra do Concelho de Palmela, depois de um interregno de três décadas, confirmou a pertinência desta competição para o convívio e intercâmbio entre as equipas seniores que representam o Concelho.

O Concurso de Doçaria de Palmela, integrado no programa "Palmela, Experiências com Sabor" – que dinamizou fins-de-semana dedicados ao Queijo de Ovelha e à Sopa Caramela - também afirmou a doçaria local e despertou interesse, com 25 doces submetidos a concurso. Oito dezenas de carros de luxo, de todo o mundo, passaram por Palmela, numa das provas do *FIVA Rally Mundial Portugal*, apoiado pelo Município. De forma transversal, foram desenvolvidas múltiplas medidas e ações, com vista ao aumento da visibilidade do destino e integração em redes de divulgação, com distribuição de *mediakits* e material promocional junto de hotéis, adegas, restaurantes e outros operadores turísticos. Iniciativas âncora, como o Festival Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó e o Mercado Caramelo, continuaram a reinventar-se, procurando ir ao encontro das expectativas do público, e viveram edições de grande sucesso, com números-recorde de visitantes e enorme interesse por parte das empresas. Este forte dinamismo e a capacidade de atração do Concelho de Palmela,

que continuamos a verificar nos certames em curso, perspetivam um verão de intenso trabalho, mas, igualmente, de desenvolvimento económico e sucesso para este território e os seus agentes.

Disse Sr. Presidente, peço desculpa mesmo o resumo é muito complicado.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Intervenções neste período?

Dulce Marques Partido Socialista.”

A Sra. Dulce Marques do PS:

“Vou tentar ser sintética, então Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Palmela, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e todos os que nos acompanham a partir de casa.

Tenho aqui um conjunto de post-its, mas vou tentar mesmo ser o mais objetiva possível isso porquê, vou começar exatamente pela conferência internacional que foi realizada no Cine-Teatro São João com o apoio da Passos e Compassos e por um lado congratular pela iniciativa, mas, por outro lado, dizer que é uma pena que o concerto final não tenha sido gratuito para toda a comunidade, sendo uma atividade apoiada pelo município desenvolvida com a comunidade e depois foi para mim, uma surpresa encontrar um link para a compra de um bilhete que servia qualquer coisa como 8,50€, não tenho aqui presente, não voltei a confirmar, mas na altura foi para mim uma surpresa até porque sei que estava o Cine Teatro de São João, semi vazio.

Sabemos que a música eletrónica e o instrumento que estava a ser promovido, pode não ser muito conhecido, no entanto, mais uma razão para ser gratuito. Depois na página setenta e cinco há aqui uma referência ao projeto voluntariado, “Dar que falar” um projeto municipal de voluntariado de proximidade supostamente para mais de cinquenta e cinco anos, portanto, para dar apoio a utentes com mais de cinquenta e cinco anos. Tentei pesquisar alguma informação sobre este assunto que me despertou a atenção e a única informação que me aparecem, é referente a quatro de março no site da Câmara Municipal de Palmela e como aqui está referido que manteve-se a divulgação do “Dar que Falar” Projeto Municipal de Voluntariado de Proximidade, gostaria de tentar perceber também onde é que eu poderia encontrar mais informação sobre este assunto e quem são os destinatários, como é que está a ser promovido, e a ser convidado a participação.

No projeto “*Advocacy Academy*” que é um projeto realizado com o apoio da Gulbenkian e da responsabilidade da inovar autismo também sugeria que, quando fosse referido no relatório da atividade municipal que fossem feitas referências às organizações que estão por trás de cada uma das atividades, porque parece ser uma iniciativa do município quando pode ser parceiro pode estar a dar apoio etc. pode ser uma excelente iniciativa para os nossos jovens, no entanto, não faz aqui referência a quem o desenvolve e a quem o está a promover.

Depois, tal como o Sr. Presidente referiu, congratular o município pelo Certificado e Bandeira de Município Amigo da Juventude que foi atribuída pela Federação Nacional de associações juvenis ao município de Palmela. Esta bandeira foi atribuída, porque Palmela encara a juventude como um eixo central da sua ação governativa é com grande satisfação que vejo aqui plasmado estes prémios de reconhecimento, mas gostaria muito que fosse colocado em prática, sobretudo quando um temos uma oficina colaborativa que também decorreu no mês de maio. Sobre o tema dos planos municipais de juventude e no último Conselho Municipal de juventude. Esta oficina colaborativa não foi divulgada, não houve convite à participação dos seus elementos e, pronto, mas o importante é que um o objetivo de delinear estratégias de intervenção junto da Juventude que avancem e que sejam concretizadas e depois só para terminar, tem em localizar neste relatório de atividade alguma referência a sobre exatamente o centro histórico e a tal revitalização associada a comunicação e a uma maior qualidade de vida sobre um assunto muito simples a televisão há um ano que este tema foi trazido há um ano que há pessoas sem televisão, sobretudo os mais idosos que não estão a contratualizar serviços de Internet serviços pagos e não consegui encontrar aqui, mas se desejava que depois de um ano que tivesse aqui uma linha vinha a fazer referência, exatamente isso que esse assunto tivesse ficado resolvido que toda o centro histórico que tivesse acesso à Internet e à televisão.

Disse, obrigada.”

O Sr. Presidente da Mesa:

"Obrigado.

Mais alguma intervenção nesta fase? Não?

Muito bem, Sr. Presidente de Câmara, quer dar algum esclarecimento? Se faz favor."

O Sr. Presidente de Câmara:

"Não sei se é um esclarecimento, foram comentários da Sra. membro da Assembleia. A bandeira foi atribuída porque, seguramente, o Município cumpre e comprova um conjunto de requisitos para ter tido a atribuição desta distinção. Outras questões de comunicação, discussão com o Conselho Municipal de Juventude... o Conselho Municipal de Juventude é aquilo que é, tem sobretudo as juventudes partidárias a fazerem o seu papel e, por acaso, até dão pouco espaço, ou também tem havido alguma ausência daqueles que, efetivamente, estão todos os dias em atividade nas associações juvenis. Porque, se calhar, são esses que mais reconhecem o trabalho que fazem, e em parceria com o Município, para que viéssemos a ter este reconhecimento. Se quiser conhecer os critérios de atribuição, os nossos serviços da área da Juventude poderão informar.

A questão que refere aqui, manter-se a divulgação do "Dar que Falar": isto tem um relatório, manteve-se a divulgação; a divulgação não é só para o exterior, por meio do site - a divulgação é junto dos parceiros, porque, se isto é um projeto, e se não estou em erro, para o voluntariado Sénior, nós, através das instituições dos parceiros que, no território trabalham com estes grupos de idosos, procuramos incentivar a sua participação junto da Universidade Sénior, junto de uma série de outras entidades.

Sobre a questão que refere aqui do Centro Histórico, também não tinha que vir aqui, porque isto é um relatório da ação e da atividade municipal, não é uma prestação de contas. Se quiser pôr a questão sobre isso, eu posso dar a informação que tenho, mas posso adiantar já é que não temos nota de que haja assim tanta gente que tenha ficado sem acesso à televisão. A generalidade das pessoas resolveu isso, quer com apoios do Município, quer com tecnologia que estamos a tentar, ainda, fazer chegar a algumas pessoas. Portanto, neste momento, isso não está aqui plasmado, porque não faz parte de medida do plano. São questões de gestão corrente. O nosso Gabinete do Centro Histórico há-de conseguir informar do número de pessoas que ainda não tem este problema resolvido e o que é que temos feito para que isso não acontecesse eventualmente,

Sobre a Oficina Colaborativa que referiu, a Oficina Colaborativa foi dinamizada pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, no âmbito da preparação do congresso da região, que ocorrerá na próxima sexta-feira, para a qual penso que a Assembleia Municipal também terá sido convidada a participar. Ocorreu no Município de Alcochete porque nós, por exemplo, recebemos uma Oficina Colaborativa sobre a habitação, o nosso Concelho, como outros concelhos, recebeu oficinas sobre outras temáticas. A divulgação não foi feita pelo próprio Município, já nos chegou um bocadinho em cima, mas esteve a ser dinamizada por algumas associações juvenis e técnicos municipais, que foram convidados como tal, como outros especialistas sectoriais, alguns até da área da Academia, especialistas nas áreas para falar um pouco sobre estas temáticas. Não sei se foi o caso da Juventude, mas, noutras matérias sei, porque participei nelas. Se tivesse vindo a tempo do último Conselho Municipal de Juventude, teríamos feito essa divulgação no Concelho.

Procuraremos fazer no próximo e em breve."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito Obrigado.

Não há mais intervenções, passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos contas consolidadas, se faz favor."

PONTO 2 – Contas Consolidadas 2022.

O Sr. Presidente de Câmara:

“Senhor Presidente, trata-se de uma obrigação legal, nos termos da lei, as contas consolidadas das duas entidades, nomeadamente, a entidade mãe do Município de Palmela e a Palmela Desporto. É um documento eminentemente técnico, vem também apoiado, penso que terá chegado à Assembleia o parecer do revisor oficial de contas sobre as contas consolidadas. De uma maneira geral, reflete e valida aquilo que são as demonstrações financeiras. Regista-se no capítulo das previsões, passivos e contingentes e ativos contingentes, que os apuramentos nos montantes da previsão são suficientes para os encargos, na prática, isto faz a análise de ambos os documentos de prestação de contas do Município, que já foi objeto de análise e de apreciação de V. Exas., e da Palmela Desporto, que também foi levado a reunião de Câmara. Daquilo que me apraz aqui registar, a não ser que haja alguma questão mais específica, não faria comentários, nem ia estar aqui a falar dos valores globais de qual é hoje o património do grupo municipal. Isto é, sobretudo, a síntese daquilo que são a distribuição dos rendimentos; a demonstração consolidada apresenta lucros de três vírgula oito milhões, um crescimento de nove vírgula dois nos rendimentos, e dez vírgula nove dos gastos. É normal, investe-se mais e, portanto, em comparação com vinte e um, os gastos de vinte e dois registaram um aumento absoluto de seis vírgula um milhões de euros. Depois, discrimina como é que eles são distribuídos pelas principais rubricas - pessoal, serviços externos - fala-se das amortizações e provisões do exercício. Ou seja, do que eu conheço, até, de exercícios anteriores, os números vão no bom caminho, são positivos.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito bem, temos a proposta e é sobre ela que nos podemos pronunciar.

Alguma intervenção para este ponto das contas consolidadas? Nenhuma intervenção?

Então votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com vinte e quatro votos a favor (onze da CDU, nove do PS e quatro do MCCC) e cinco abstenções (três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Ponto três, da ordem de trabalhos, faz favor Sr. Presidente.”

PONTO 3 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027.

O Sr. Presidente de Câmara:

“Pretende-se proceder à inscrição de parte do saldo da gerência de 2022, possibilitando a dotação de rubricas que se encontravam “a definir” e o reforço de outras com dotações consideradas insuficientes para as necessidades do ano (passarei a explicar), mas, também, utilizar esta 2.ª alteração para repor verbas utilizadas nas últimas alterações permutativas, essas de gestão corrente e que vão ao órgão Câmara para compensar reforços urgentes. E aproveitamos, obviamente, para fazer ajustamentos nos documentos em vigor por opção programática ou decorrentes de avaliação de execução até ao momento, portanto, percebe-se a inclusão de parte do saldo de gerência no valor de 2.673.833,00 € (dois milhões, seiscentos e setenta e três mil, oitocentos e trinta e três euros).

Efetuuou-se, também, o reforço da rubrica das transferências correntes no valor de 111.138,00 € (cento e onze mil, cento e trinta e oito euros) relativo a comparticipação no âmbito do PRR e no âmbito da operação de Planos Locais de Adaptação às Alterações Climáticas – Arrábida (PLAAC).

Procedeu-se à anulação da rubrica das transferências de capital, no valor de 32.730,00 € (trinta e dois mil, setecentos e trinta euros), em resultado da reprogramação de investimentos, no âmbito do PRR.

Dotação de rubricas que se encontravam "a definir" e que agora passam a ter verba definida e portanto, podem avançar essas ações e esses investimentos.

Tivemos que fazer o reforço de diversas rubricas de pessoal, resultante da aplicação das medidas de valorização remuneratória, bem como do aumento do subsídio de refeição recentemente aprovadas. Para terem uma ideia, o valor destes reforços todos ascende a 495.000,00 € (quatrocentos e noventa e cinco mil euros) e 495.000,00 € (quatrocentos e noventa e cinco mil euros) do saldo tiveram que ser incorporados por via destas rubricas respetivas, com participações, descontos e subsídio de refeição.

Depois, daquilo que diz respeito ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, discriminar aqui as principais mexidas, as mais significativas, que decorrem de alterações introduzidas nas Grandes Opções do Plano, e destaco aqui, por exemplo:

- Mais 91.000,00 € (noventa e um mil euros) para aquisição de equipamento informático e licenciamento de *software*, para satisfação de necessidades urgentes e projetos em curso;

- Mais 20.000,00 € (vinte mil euros) no plano de formação para contratação de formação obrigatória, no âmbito do regime geral de prevenção da corrupção. Este regime, como o da proteção de dados, como, enfim, uma série de outras coisas que todas as organizações estão a ter de enfrentar, está a implicar, de facto, o redirecionar dinheiro para áreas que, dantes não tinham visto expressão;

- 240.000,00 € (duzentos e quarenta mil euros) para construção ou ampliação ou beneficiação do parque escolar. Uma coisa são os grandes investimentos que pretendemos fazer, e esses estão a ser, também, cofinanciados ou financiados, dependendo do ciclo de ensino, mas aqui estamos já a colocar dinheiro para estudos e projetos para aquilo que há de ser as nossas candidaturas para reabilitação da EB Hermenegildo Capelo e da EB José Maria dos Santos que foram aquelas que estão no mapa consideradas como (já não sei se, é muito urgente ou prioritárias, mas penso que é muito urgente, ou prioritárias, que é abaixo de muito urgente...) para encetarmos a sua requalificação. São projetos complexos e, apesar de ainda não temos qualquer financiamento, vamos nós adiantar já dinheiro para adiantar trabalho. Mas temos aqui, também, verba para um conjunto de outras beneficiações que estamos a fazer no parque escolar e que terão que ocorrer, preferencialmente, nos próximos meses. Faremos esse balanço, depois, em setembro, de todas as intervenções - as nossas e as das Juntas - que vierem a ser feitas para a abertura do próximo ano letivo;

- Mais 50.000,00 € (cinquenta mil euros) na Estratégia Local de Habitação, até para realização de estudos geotécnicos, no âmbito de projetos que estamos a contratualizar;

- Mais 100.000,00 € (cem mil euros) para infraestruturas da Lagoinha, 2.ª fase;

- Mais 654.000,00 € (seiscentos e cinquenta e quatro mil euros) - quero aqui sublinhar este aspeto - para pagamento da deposição final de resíduos sólidos urbanos nas estações de tratamento, nomeadamente, para pagamento à AMARSUL. Estamos aqui a falar de uma coisa que, se calhar, a nossa Assembleia não se pronunciou nem tem estado atenta a esta discussão, que é aquilo que está a passar-se no setor de resíduos, com a criação e o aumento desmedido (mais trinta e nove por cento) da tarifa de resíduos e do aumento da tarifa regulada por tonelada. Nós temos discutido isto ao mais diverso nível, desde os ministérios à própria AMARSUL. Como sabeis, os municípios estão em minoria e a maioria do capital é dos privados e, portanto, este aumento, que vai continuar, faz já aqui um desvio de 654 mil euros. Também recolhemos mais, também tratamos mais, é certo, também somos mais, também temos novos espaços, também temos mais habitantes, seguramente, mas isto é uma despesa que não estava inicialmente prevista. Nós fizemos uma projeção, mas o aumento desta natureza está a ser, de facto, muito difícil de encarar e temos que nos preparar;

- Mais 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros) para a sensibilização ambiental, para campanhas nesta área;

- Mais 105.000,00 € (cento e cinco mil euros) de transferência para as juntas de freguesia, sobretudo, nas transferências da limpeza urbana, que tinham no rácio do valor a transferir, tiraram muito por base o número de unidades funcionais de trabalho que cada Junta deve ter para responder a estas necessidades de limpeza e, como houve aumentos, obviamente, já começámos a aprovar, tivemos de reforçar esta rubrica;

- Mais 80.000,00 € (oitenta mil euros) para ações de conservação e administração direta da rede viária e, depois, uma opção que tivemos que fazer agora, e atrasando outras, que é mais 390.000,00 € (trezentos e noventa mil euros) para a beneficiação das circulares da Autoeuropa. De facto, todas as circulares são obras de milhões

(fazê-las todas como deve ser e de novo). Nós andamos há cinco anos a negociar isto com a tutela, já perdemos a esperança, já falei com todos os Secretários de Estado, as Infraestruturas Portugal dizem que não têm autorização para intervir ali e, portanto, nós temos aqui o epicentro do *cluster* automóvel na região, os fornecedores, os trabalhadores, os fornecedores internacionais têm que circular ali nas melhores condições. Se a estrada foi desnacionalizada e é municipal, embora de uma forma um pouco estranha, nós assumimos esta responsabilidade. Nos anos anteriores, já gastámos, mais ou menos, nesta ordem de valores, todos os anos, trezentos e pouco. Aquilo que está estimado para dois troços determinantes são mais 390 mil euros para podermos lançar o concurso na próxima semana;

- Mais 165.000,00 € (cento e sessenta e cinco mil euros) para festivais e eventos de promoção turística, tudo isto tem que ver com dotações, por exemplo, para o "Festival do Moscatel", para o "Wine Jazz", enfim, há também uns eventos de promoção turística. E reparem o que nos dizem as associações de festas, querem mais apoio, especialmente, da logística, dos pavilhões, dos palcos, das estruturas da eletricidade... não é do policiamento, que é bom nem falar. Para as Jornadas de Juventude, parece que ninguém paga nada a ninguém, mas para as festas, entra na ordem das dezenas de milhares de euros, tem de haver aqui um reforço para continuarmos a ter eventos de referência, bem organizados;

- Mais 100.000,00 € (cem mil euros) para aquisição de terrenos. Temos necessidade de algumas expropriações, por exemplo, para fazer avançar a obra, que tem estado parada há tanto tempo, com projetos sempre a serem alterados, da ligação de Quinta do Anjo e Cabanas à ciclovia que está prevista.

Estas são as principais mexidas. Há, depois, aqui ajustes de reforços e anulações para compensar as mexidas.

Estou ao dispor para as questões que queiram colocar, Sras. e Srs. membros da Assembleia."

O Sr. Presidente da MESA:

"Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sobre a 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027, estão abertas as inscrições.

Carlos Vitorino PPD/PSD, se faz favor."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Muito boa noite, mais uma vez, não são questões, é apenas referir o nosso posicionamento. Votaremos contra a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, pelas razões já aduzidas, portanto, na votação contra o orçamento como na 1ª. Alteração, portanto, é um documento em que não nos revemos, cuja responsabilidade é da Câmara Municipal e a qual nós manteremos coerentemente a nossa posição. Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Não?

Então votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com quinze votos a favor (onze da CDU e quatro do MCCP), nove abstenções do PS e cinco votos contra (três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos ao ponto seguinte, tem a ver com os Autos de Transferência da Freguesia e União das Freguesias na área da Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros – Atualização, Sr. Presidente."

PONTO 4 – Autos de Transferência da Freguesia e União das Freguesias na área da Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros - Atualização

O Sr. Presidente da Câmara:

"É muito simples, vou tentar resumir. A transferência, inicialmente, dos valores definidos não considerou, na redação inicial, as verbas referentes às captações para a ADSE, porque os trabalhadores entretanto contratados pelas freguesias terão optado por este regime, e também havia aqui a necessidade de fazer refletir a atualização da tabela remuneratória única e o subsídio de refeição. E ainda aproveitamos para aduzir nos autos, porque isto não foi inicialmente discriminado desta forma (porque também não podemos lá pôr os valores, senão a DGAL passava estes valores para as juntas), mas fomos nós que adquirimos as varredoras mecânicas e que estamos, depois, a transferi-las para as juntas de freguesia e, portanto, há aqui uma melhoria também na redação dos autos neste aspeto, para clarificar aquilo que é o compromisso do Município com cada uma das freguesias. Disse, muito obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre esta matéria alguma intervenção?

Sim, senhor faz favor, Carlos Almeida CDU."

O Sr. Carlos Almeida da CDU:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Serei muito sucinto. Aquilo que entendemos referir, obviamente, relativamente à Junta de Freguesia de Pinhal Novo, mas que eu creio que posso modestamente também atribuir às demais é que esta proposta que aqui temos hoje e que vamos com certeza, abraçar favoravelmente, tem para todas as freguesias dois vocábulos, até porque o texto, o texto é muito semelhante que tem a ver com a aferição dos valores a apoiar e com o reforço desses valores e, portanto, a aferição traduz desde logo uma questão que é fundamental sobre os municípios freguesias quer na monitorização permanente, portanto, a análise permanente daquilo que é a justeza e a adequação diálogo que, desde logo à partida, tem todos os inconvenientes que já aqui tive oportunidade de citar e mais aquilo que é fundamental que é a circunstância de não poderá haver aumento despesa e nesta matéria, mas mostra também que continua a haver sintonia e que as autarquias de freguesia quer posso lá também pelas demais e obviamente aquela que eu represento continuam a trabalhar em algo que se vai construindo e que tem coisas e dores de crescimento, mas que vamos tentar que a levar a bom porto. Muito obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Diamantino Pereira, M CCP, se faz favor"

Não tenho registo de mais nenhuma intervenção."

O Sr. Diamantino Pereira do M CCP:

"Boa noite a todos, sintam-se cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

A nossa intervenção está um pouco diluída pela intervenção anterior, mas apenas queremos sugerir que as verbas que são enviadas para as juntas de freguesia devem ser monitorizadas. Não que se desconfie da sua aplicação, mas porque temos sérias dúvidas se serão suficientes para o bom desempenho das juntas de freguesia e bem, e bem como de instrumento contabilístico, que é o reforço orçamental quando necessário. Disse, obrigado.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado pela sua intervenção.

Não havendo mais intervenções, votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Passamos ao ponto cinco da ordem de trabalhos, Sr. Presidente.”

PONTO 5 – Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédios - Designação de elementos a integrar os respetivos júris

O Sr. Presidente de Câmara:

“Solicitando mais uma vez que a proposta seja, na íntegra, transposta para a ata.

Vou tentar resumir esta proposta. Visa unicamente aprovar a composição dos júris dos concursos que, por lei, no caso dos dirigentes, compete à Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara. Nós pretendemos aprovar júris para dar seguimento aos respetivos concursos para a seleção de dirigentes de várias unidades orgânicas que, atualmente, não estão providas, sendo a direção/chefia assegurada em regime de substituição. Nós tivemos alterações na Divisão de Atendimento e Administração Geral, houve a saída de uma dirigente e atualmente, em regime de substituição, temos um outro.

Também na Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo houve a saída de uma outra dirigente para outro município e temos outra cá, connosco. Na Divisão Jurídica e de Fiscalização, o Dr. Simão Neves, também saiu e, portanto, temos agora, em regime de substituição, a Dra. Isabel Lagares e também na Divisão de Serviços Urbanos, com a saída também de uma técnica que era dirigente à época, e que até tinha pedido licença sem vencimento na Câmara, mas agora regressou, mas tem estado o cargo a ser provido em regime de substituição por uma outra dirigente e, portanto, está na altura de fazer o concurso, com toda a transparência. Porque isto, em regime de substituição, chega a um momento em que é necessário abrir concurso e é esta a nossa proposta. Procuraremos dar seguimento a isto se for este também o entendimento da Assembleia relativamente às propostas dos membros do júri, que vêm acompanhadas, também, dos respetivos currículos.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Alguma intervenção sobre esta matéria dos procedimentos concursais?

Diamantino Pereira, MCCP, faz favor.”

O Sr. Diamantino Pereira do MCCP:

“Boa noite, mais uma vez.

Apesar da nossa intenção de ser votar a favor, entendemos ser correto que, em todos os júris, um dos elementos efetivos seja sempre de recursos humanos. Repare-se que, em quatro concursos, apenas um júri tem um elemento efetivo de recursos humanos.

Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, e fica essa recomendação.

Não há mais intervenções? Não?

Votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Passamos o ponto seis, Sr. Presidente faz favor.”

PONTO 6 – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear - Alteração

O Sr. Presidente de Câmara:

“Se me permitir precisar, para além daquilo que está no corpo da proposta, trata-se de alterar de 14 para 17, portanto, mais 3, o número de unidades providas com cargos de direção intermédia de 3.º grau, que é o cargo mais baixo.

Sendo autorizado pelos órgãos municipais, será, depois, submetida a alteração ao Regulamento dos cargos intermédios de direção com as propostas concretas de unidades a criar, respetiva missão e competências que, segundo creio, também tem que vir a reunião de Assembleia. Portanto, neste momento, é apenas definir o número, virão depois as questões, matéria e conteúdo, mas posso adiantar que a motivação principal da presente proposta é a criação de unidades orgânicas que têm que ver com novos desafios, novas tarefas, novas responsabilidades acometidas ao Município, e que tem que haver aqui algo de segregação de funções. Por exemplo, há dois diplomas, o que cria o mecanismo nacional anticorrupção e o que estabeleceu o regime geral de prevenção da corrupção. O mesmo para o regime geral de proteção de denunciante e de infrações. Tudo isto funciona autonomamente da direção de eleitos, etc. isto tem quase um refinamento à parte, dentro da organização, têm que ser criados cargos de direção para estas matérias, para terem uma ideia das obrigações, elaboração de um plano de prevenção de riscos de corrupção.

No nosso caso, nós já temos - mas tem que ser atualizado o existente - designação do responsável por assegurar a aplicação do programa, elaboração de códigos de conduta, desenvolvimento de programas de formação e criação dos canais de denúncia... que já estão criados, mas têm que ter, de facto, um dirigente autónomo a tratar disto, sistema de controlo interno, sistemas de avaliação, plano de prevenção de riscos de corrupção, sistema, direito à informação, transparência administrativa.

Tudo isto, nós vamos ter que separar e criar várias unidades e, portanto, traremos estes conteúdos à Assembleia quando tivermos a proposta. Agora, trata-se previamente de definir que prevemos necessitar de mais três cargos de direção intermédia e, portanto, é isso que propomos à Assembleia.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito bem, alguma intervenção?

Não há intervenções sobre este ponto?

Muito bem, votamos o regulamento da estrutura orgânica nuclear- alteração, a criação então de mais estas três áreas de trabalho, deixando já aqui a nota que este técnico que tiver estas competências, as mesmas não podem estar plasmadas no SIADAP, têm que está de fora, não pode, é só uma nota, até porque temos na sala um dos elementos que trabalha na Direção-geral de Educação, que é o Rui e que tem, enfim, muita experiência a este nível do menac.

Votamos então.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com vinte votos a favor (onze da CDU, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH) e nove abstenções do PS.

O Sr. Presidente da Mesa:

“Passemos ao ponto sete da ordem de trabalhos.

Sr. Presidente faz favor.”

PONTO 7 – Desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado, com constituição de direito de superfície de parcela para construção de balneários e arrumos.

O Sr. Presidente da Câmara:

“A Associação da Marquesa II já teve, no passado, assistência de direito de superfície de parte deste domínio que, inicialmente, até foi a sua operação de urbanização e loteamento que levou à cedência para o efeito, mas essa cedência integra o domínio municipal. Já obteve espaço para a construção da sua sede. No entanto, a localização onde pretendem erigir os balneários de apoio ao polidesportivo e para o qual já solicitaram, também, o apoio ao Município e já deram entrada dos devidos projetos, necessita, para efeitos do direito de superfície, de ser retirada do domínio público para ser afeta ao domínio privado. Estamos aqui a falar de cento e oitenta metros quadrados vírgula sessenta. Só quando é domínio privado municipal é que podemos ceder em direito de superfície, porque se fosse para domínio público, só podia ser para nós fazemos, por exemplo um jardim, um arruamento, uma coisa do género. O que se pretende é que a Assembleia possa aprovar esta desafetação para, depois, nós podermos ceder em direito de superfície à respetiva Associação, nos termos em que aqui está referido na proposta, para que faça a obra no prazo de cinco anos. Se não fizer, reverte ao Município.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, Sr. Presidente, alguma intervenção sobre esta matéria?

Patrícia Caixinha, do PS faz favor.”

A Sra. Patrícia Caixinha do PS:

“Obrigada, Sr. Presidente.

Deixar primeiro, uma nota que percebemos a importância para esta Associação de ter condições dignas para promover as atividades que tem na sua responsabilidade.

No entanto, tenho aqui duas questões, o valor atribuído à parcela desafetada na sua propriedade plena, portanto, estou a falar desse valor, é muito elevado estamos a falar de quase meio milhão de euros, se há uma razão para uma parcela deste valor ser sujeito a desafetação e depois, eu não percebi na proposta se a Associação vai pagar o valor de direito de superfície à autarquia.

De qualquer das formas a bancada do Partido Socialista, irá votar favoravelmente e disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Duas questões muito cirúrgicas, mais alguma intervenção? Não?

Sr. Presidente de Câmara, consegue esclarecer?”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sem dúvida. A parcela, portanto, o valor reduz a avaliação pericial aponta para trezentos e dezasseis mil trezentos e sessenta e cinco, mas penso que este valor até acaba por ser estes 180 metros mais a outra parte que já fora cedida é esse o valor, obviamente não estará em causa e cedência em direito de superfície com qualquer pagamento ao Município. Cedência de direito de superfície é a custo zero, apenas com a obrigação de darem a finalidade ao terreno para o objeto que pretendem ali edificar.

Esta questão da avaliação dos terrenos, enfim, tem sempre aqui um conjunto de regras feito por peritos oficiais, isto como está num espaço outrora de reconversão urbanística, hoje com coeficiente de localização muito elevado e já urbanizado, faz elevar o preço destas parcelas.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito bem.

Não há mais intervenções?

Votamos então esta Desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado, com constituição de direito de superfície de parcela para construção de balneários e arrumos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com vinte e nove votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH)

O Sr. Presidente da Mesa:

“Chegamos ao final da nossa ordem de trabalhos, queria agradecer a participação e empenho de todos agradecer ainda ao público que se manteve aqui na sala durante estas três horas e a todos aqueles que lá em casa acabaram por ficar a assistir a estas nossas intervenções e a esta discussão que houve em função das intervenções de cada um.

Muito obrigado, um excelente período de férias. Penso que, em julho, não nos encontraremos e voltaremos, com certeza em Setembro, mas nunca se sabe se não há alguma matéria que tenhamos que decidir ou deliberar que seja necessário marcar. Mas penso que, em função daquilo que é do meu conhecimento, não haverá nenhuma matéria, esperemos que não haja nenhuma exigência, enfim, por outros motivos que nos faça voltar a este espaço ou outros espaços. A sessão de setembro, como vos disse, inicialmente, será ela também descentralizada na freguesia de Poceirão/Marateca, mas o local depois definiremos na altura.

Muito obrigado, foi um gosto.”

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa**, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa